



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITECTURA

OS LIMITES DA COVA DA MOURA – UMA OPORTUNIDADE OU UMA BARREIRA?

André Filipe Loureiro Raposo
(Licenciado)

Projecto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura

Orientador Científico: Arquitecto Fernando Alberto Nunes da Silva Bagulho – ESBAL
1970

Co-Orientador: Doutora Maria Teresa Salgueiro de Vasconcelos e Sá

Júri:

Presidente: Doutor Carlos Manuel Silva Lameiro

Vogais: Arquitecta Maria Manuel Leite Godinho de Almeida
Arquitecto Fernando Alberto Nunes da Silva Bagulho
Doutora Maria Teresa Salgueiro de Vasconcelos e Sá

Lisboa, FAUTL, Dezembro, 2010



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITECTURA

Titulo do Projecto: Os Limites da Cova da Moura – Uma Oportunidade ou uma Barreira?

Nome do Aluno: André Filipe Loureiro Raposo

Orientador: Arquitecto Fernando Alberto Nunes da Silva Bagulho

Co-orientador: Professora Maria Teresa Salgueiro de Vasconcelos e Sá

Mestrado: Arquitectura

Data: Dezembro de 2010

RESUMO

O presente trabalho teve como principal objectivo uma reflexão acerca da problemática da adequação urbana que existia no caso de estudo do bairro da Cova da Moura, mais concretamente, da falta de continuidade que está patente nos limites do bairro.

A articulação que me propus criar para explicar da melhor maneira o tema em questão, passou numa primeira instância pela definição do que é um limite, e de como este se define na Cova da Moura.

Partindo então dessa premissa, analisei, através da obra de sociólogos, arquitectos e filósofos, os limites físicos e sociológicos que podemos definir para este mesmo lugar, com o propósito de clarificar de um modo adequado a especificidade social vivida na Cova da Moura.

Funcionando então como base teórica e conceptual para a elaboração do ponto chave deste trabalho, a vertente prática associada a um Projecto de Arquitectura, elaborei uma solução construída para o problema que era vivido num dos limites existentes no bairro, na falta de articulação causada pela linha ferroviária existente a Norte da Cova da Moura, através de um edifício que permite a ligação entre as cotas adjacentes à estação.

Chega-se então à conclusão que nós, enquanto Arquitectos, temos a obrigação de resolver e acima de tudo pensar este tipo de problemas no tecido urbano, caso contrário contribuimos unicamente para complexificar o que já é difícil de resolver.

Por esta razão assistimos a situações em que a Arquitectura não resolve os problemas associados a determinado território, o que resulta num condicionamento da qualidade da experiência arquitectónica por parte dos utilizadores.

Palavras chave: Limite, Espaço Social, Espaço Morfológico



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITECTURA

Name of the Project: The Limits of Cova da Moura – an Opportunity or a Barrier?

ABSTRACT

The current work had, as the main goal, a thought about the urban suitability that exists in the case study of Cova da Moura, more specifically, the lack of continuity that are displaced around the limits of this quarter.

The organization that I've created to explain in a correct way this theme, passed by, firstly by a definition of the limit itself, and how it is exactly defined in Cova da Moura.

Starting on this assumption, I've analyzed, through the work of some sociologists, architects and philosophers, the physical and sociological limits that we can define for this place, with the purpose of clarifying in an adequate way the social specificity that is lived in this quarter.

Functioning as a theoretical and conceptual basis for the elaboration of this work, the practical side of an Architectural Project, I've created a built solution for the living problem around the boundaries of the quarter. on the lack or connection existing North of Cova da Moura, through a building capable of linking the two different heights on both side of the railroad.

We can effectively conclude that we, as forming architects, have the obligation to solve and, above all think, this kind of urban tissues problems, otherwise we'll only turn the problem even harder to solve.

For this reason we can figure lots of situations in which Architecture does not solve the problems related with the territory, conditioning the quality of the users architectural experience.

Keywords: Limit, Social Space, Morphological Space

Índice

1. Introdução.....	1
2. Estado da arte.....	2
3. Definição de Limite.....	4
4. Limites da Cova da Moura.....	5
5. Limite Físico da Cova da Moura	
5.1 A Topografia.....	7
5.2 O Beco.....	10
5.3 A Escada.....	12
6. Limite Sociológico da Cova da Moura	
6.1 Espaço social.....	14
7. Projecto.....	23
8. Conclusão.....	27
9. Referências Bibliográficas.....	29

Anexos:

I - Processo

II - Peças Desenhadas

1. Introdução

Neste pequeno relatório associado ao Projecto final de Mestrado, aquilo que me propus analisar foi a problemática associada à questão dos *limites* na Arquitectura.

No caso específico que escolhi, *Os Limites da Cova da Moura – Uma oportunidade ou uma Barreira*, foi uma oportunidade excelente para poder repensar todo um sistema de transições associado aquele território que se encontra verdadeiramente descontrolado.

Melhor dizendo, todo o processo construtivo do bairro, associado às características muito próprias do território e à afluência de pessoas retornadas após a guerra colonial, está assente sobre mecanismos de organização espacial muito débeis, e como se isso não bastasse aquilo que o rodeia, em vez de apaziguar este problema, ainda o acentua e destaca.

Relativamente ao trabalho em si, este baseou-se, numa primeira fase, numa avaliação feita ao local, através de diversas visitas acompanhadas por uma associação de jovens locais, das quais, pudemos observar de perto alguns dos problemas que estavam patentes no bairro.

De seguida procedeu-se ao estudo de relatórios existentes acerca das condições de edificabilidade do bairro, e só a partir daí se procedeu à pesquisa e à produção de elementos escritos e desenhados relativos ao tema principal.

Tema este que levou a uma pesquisa em diversos ramos, sobretudo no ramo da antropologia visto ser este, muito provavelmente, o tema com a maior relevância para a elaboração de uma proposta que possa resolver os inúmeros problemas que o bairro contém.

2. Estado da Arte

O urbanismo hoje em dia tem, na sua ideia de elaboração de cidade, inúmeros problemas no que toca à morfologia urbana em relação aos modelos a utilizar. Um bom exemplo disso é a própria cidade de Lisboa que, se tivermos em conta os planos urbanos feitos a partir da Guerra Colonial, denota uma grande incógnita acerca de um modelo base a seguir enquanto directriz morfológica da expansão urbana. Esta realidade está bem presente no aparecimento de zonas clandestinas (o tema por excelência que iremos tratar neste trabalho) nestes eixos de expansão das cidades.

No seu pequeno texto, *O lugar da Arquitectura num planeta de Favelas*, Pedro Fiori Arantes, enuncia uma série de problemáticas reais e justificadas que, embora se apliquem ao caso prático da favela brasileira, encontram também um paralelo no que se passa hoje em dia no território Português. Ele refere, em suma, que o crescente afluir das pessoas para as áreas metropolitanas, vindas do campo ou dum processo de imigração, não se fundamenta no crescimento económico da Sociedade, mas que resulta num descontrolo urbano no crescimento da cidade e numa desvalorização social destas mesmas pessoas, no que toca à oferta de emprego por exemplo¹.

A política de reestruturação urbana teve por isso de rever as suas directrizes no que diz respeito a este assunto. Os políticos e os urbanistas não podiam mais encarar estas populações como algo secundário e sem importância. Sem meio de *varrer* a pobreza da sociedade tinham de começar a olhar para ela de uma perspectiva diferente e avaliar realmente o seu potencial².

Uma das referências mais satisfatórias que encontrei acerca deste tema da reinterpretação do que é uma abordagem sobre um tema desta natureza foi o projecto desenvolvido pela fundação Bauhaus Dessau chamado “Célula Urbana” que consistia na reestruturação da favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro³.

A proposta passou pela reinterpretação de um conjunto de três espaços. Um Quarteirão do bairro, o qual foi alvo de uma intervenção ao nível do espaço público e

¹ ARANTES, Pedro Fiori(2008). *O lugar da Arquitectura num “planeta de Favelas”*, ed. Dafne Porto

² ARANTES, Pedro Fiori(2008). *O lugar da Arquitectura num “planeta de Favelas”*, ed. Dafne Porto

³ *Celula Urbana Jacarezinho / Rio De Janeiro* in <http://www.bauhaus-dessau.de/index.php?CELULA-URBANA-JACAREZINHO-RIO-DE-JANEIRO-1> (consultado em 15/04/2010)

um equipamento que antes da intervenção se encontrava sobrelotado e sem condições de salubridade; um complexo escolar na margem oposta do rio que atravessa a favela num dos seus extremos; e um elemento que faria a ligação entre os dois pólos articuladores da proposta, o Quarteirão e o complexo escolar, no qual seria desenhado um pequeno auditório exterior.

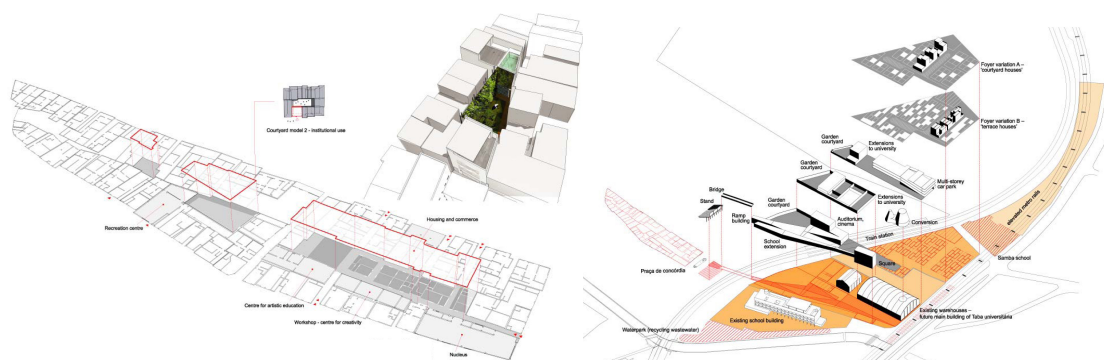


Figura 1 – Remodelação da Favela do Jacarezinho

Isto permitiu, além da excelente possibilidade de integrar as pessoas que habitavam o próprio lugar no processo de construção dos espaços e edifícios, a criação de Sítios que dignificavam a vivência das pessoas, dando-lhes a entender que a sua condição podia usufruir, também ela, dos benefícios que as outras pessoas da sociedade tinham acesso, sob o ponto de vista urbano.

É então debaixo do paradigma da reorganização de usos e espaços que pretendo elaborar a minha proposta, podendo explorar, como motor do programa que pretendo incluir na minha proposta, sempre a *validação* do que é aquele contexto social e nunca a sua exclusão ou afastamento face ao que a rodeia.

3. Definição de Limite

Todas as tipologias urbanas criadas têm, por definição, um conceito, com o qual se baseiam e vão buscar os fundamentos, uma forma, que as materializam e um limite, que estabelece a fronteira com outra tipologia.

É interessante que quando pensamos num limite urbano remetemos como que subconscientemente para uma noção de barreira ou de obstáculo, mas a sua definição é, de certo modo, mais abrangente.

Segundo Françoise Choay na sua referência ao livro de Kevin Lynch *A Imagem da Cidade*, “os limites são elementos lineares embora não sejam propriamente ruas, são no entanto, salvo algumas excepções, as fronteiras entre duas áreas de espécies diferentes”⁴ ou seja, são sistemas que de uma forma contínua e intensa delimitam e permitem identificar bem como expor uma determinada parte da cidade, caracterizando-a pela possibilidade que nos dá de perceber a partir do exterior o que ela significa e quais são os seus valores.

Por não ser definitivamente uma barreira, um limite deve promover a continuidade do tecido urbano, bem como a sua leitura e visibilidade, participando activamente no acto de dividir e unir a cidade. Isso deve ainda possibilitar que o limite seja absolutamente permeável funcionando para a cidade, em termos comparativos, como a costura para uma peça de vestuário; embora lá esteja para unir duas partes do tecido, continuam a existir duas partes de tecido distintas, embora relacionadas através da costura.

É por isso interessante o foco que pretendo dar ao estudo dos limites no bairro da Cova da Moura, porque não são só as vias que estabelecem essa divisão, mas também um conjunto de situações e condicionantes socioculturais e topográficas que nos permitem ter uma visão mais clara do que se pode fazer para requalificar, não unicamente o valor arquitectónico da Cova da Moura, mas, no meu caso, as condicionantes que estão patentes nos elementos de transição que existem no bairro.

⁴ CHOAY, Françoise (2005) *O Urbanismo : Utopias e Realidades, uma Antologia*, 6ª ed. São Paulo : Perspectiva pp.307-319

4. Os limites na Cova da Moura

A Cova da Moura é um conjunto habitacional, ou bairro se quisermos aligeirar o discurso, que teve o seu início no processo de retorno dos emigrantes portugueses que se haviam mudado para África durante a ocupação portuguesa da altura, processo este que aconteceu após o 25 de Abril de 1974.

Falar acerca da origem é relevante e importante porque nos ajuda a perceber o porquê do aparecimento destes núcleos clandestinos, efectivamente porque, com o desaparecimento progressivo das colónias, o retorno daqueles que haviam rumado a África durante a ocupação portuguesa, trouxe enormes dificuldades às grandes cidades, por não conseguiam conter, dentro dos seus limites, o grande volume de pessoas que voltavam (o problema vivia essencialmente do facto destas pessoas que deixaram de ter pertences em Portugal aquando da sua partida para países como Angola e Moçambique com o objectivo de melhorar as suas condições de vida, voltavam de forma repentina e sem critério.), o que *obrigou* a que os terrenos periféricos aos grandes tecidos urbanos consolidados, quer no concelho de Lisboa quer nos concelhos em redor, fossem tomados de assalto e ocupados de maneira desordenada e assoberbada.

Estes terrenos eram essencialmente grandes quintas que se encontravam em desuso ou que estavam desocupadas.

A sua ocupação, foi sendo efectuada de modo gradual, tendo sido, no seu início, realizada pelos retornados e depois pelos emigrantes, desses mesmos países, que ingressavam em Portugal, agora eles, em busca de melhores condições de vida que não encontravam nos seus países.

Isto criou um traçado urbano, se assim se pode chamar, que prima pela proximidade existente nas suas construções (quem construía, gostava de construir sempre perto ou associado a pessoas que conhecia intimamente) e que de certo modo se encerra sobre si mesmo, não existindo por isso a intenção de se relacionar com a envolvente ou com os outros aglomerados existentes em seu torno.

Temos então, no caso da Cova da Moura, um conjunto de *quarteirões*, mais ou menos definidos, que no seu todo se assumem como um conjunto claramente identificável e distinto de tudo o que o rodeia.

Isto cria desde logo um limite claro acerca do que é a identidade deste bairro, de quem lá vive e quais são as suas rotinas e hábitos.

Como se esta particularidade cultural não fosse por si só um elemento claro e eficaz sobre este ponto de vista do limite, enquanto conceito que permite identificar uma qualquer situação de modo claro e diferente do que o rodeia, a topografia sobre a qual este aglomerado se desenvolveu reforça, e de que maneira, esta mesma situação.

O simples facto de se passar de uma envolvente minimamente nivelada que estabelece todo o seu conjunto de inter-relações e hierarquias, para uma topografia de inclinação acentuada, cria, mesmo que subconscientemente, uma diferenciação na leitura do território, ou seja, mesmo que se quisesse criar um traçado urbano, ortogonal ou de qualquer outro tipo, num terreno completamente de nível, este teria as suas características próprias, mas nunca se conseguiria recriar algo idêntico num terreno acidentado e montanhoso.

Podemos então referir que, no caso da Cova da Moura, a génese dos seus limites não se baseia unicamente na identidade cultural de quem o vive e o constrói, mas que isso tem um papel preponderante no que são todos os outros elementos constituintes de um limite.

Com isto não se pretende dizer que o que acontece na Cova da Moura é negativo, nem que é positivo, simplesmente que é fascinante poder perceber que existem elementos claramente palpáveis e identificáveis, que, se devidamente estudados, nos conseguem narrar a história de um troço do território que consegue ser tão diferente de tudo o que o rodeia, e que, acima de tudo, dar uma visão diferente daquela que nos é transmitida.

São então, as próprias pessoas, que *cozinham* a imagem negativa que é imputada ao bairro, sejam elas do próprio bairro ou não, contribuindo para que o conceito de limite do bairro da Cova da Moura, seja entendido como uma barreira intransponível e não como uma oportunidade de se integrar e relacionar um conjunto de culturas tão diversificadas e ricas.

É então lógico deduzir que um limite depende de demasiados elementos para ser explicado através de um único termo. Depende do território, dos elementos que compõe o desenho urbano e da cultura que é inerente a quem habita o local. O factor

social, ou melhor, o carácter antropológico do bairro ajuda-nos a perceber efectivamente os factores que mostram que a exclusão social que se observa neste bairro vai muito para além duma análise redutora acerca dos problemas existentes.

5. Limite Físico da Cova da Moura

Agora, enquanto elementos constituintes de limite no caso específico da Cova da Moura, falaremos de três situações que, a meu ver são características base deste tipo de limite.

São eles a topografia, o beco e a escada.

5.1. A topografia

Como já referi no ponto anterior a topografia específica de um território tem um papel preponderante naquilo que nós consideramos um limite no meio urbano construído. O facto de o território ter características próprias e demarcadas, limita e conduz tudo aquilo que um urbanista e um arquitecto pode fazer para intervir.



Figura 2 e 3 – Exemplo de Topografia na Avenida Principal

Não é por acaso que num Projecto de Arquitectura, um dos passos iniciais do processo é a análise do local de intervenção, o seu estudo profundo e a análise de todas as suas particularidades.

Esse estudo normalmente é feito com o auxílio de maquetas, de perfis e desenhos que permitam perceber realmente com o que é que estamos a trabalhar.

É então perceptível, por todo este processo prévio, que um terreno é à partida um limite para o arquitecto, muito antes de o ser para quem o vai viver ou usufruir, e daí o motivo de eu o usar como ponto essencial nesta análise do que é um limite.

Como já foi dito, por possuir características próprias, o terreno a ser construído limita logo à partida o que se vai construir e quais são as direcções a usar, e até mesmo os próprios materiais e técnicas de construção.

O caso da Cova da Moura é muito específico porque não obedeceu a uma qualquer directriz urbanística consciente, preparada ou estudada.

Foi antes, um processo de adição de moradias particulares que se arrastou por todo o morro sob o qual assenta, do qual não podemos tirar conclusões imediatas sobre se o limite que está imposto neste território é fruto deste crescimento desordenado e ilegal, ou se de outro elemento qualquer.

Qualquer tipo de processo urbanístico que fosse feito para aquele local, independentemente da existência do bairro ou não, possuiria, em termos de limite, muitas semelhanças com o que hoje em dia vemos.

Não só pelas questões topográficas, mas pelo que estas mesmas questões levantam: a mobilidade das pessoas que vivem o bairro (a necessidade de movimento causada pelas necessidades básicas da vida em sociedade, como o ir por os filhos a escola, o ir a uma mercearia) influencia, ou melhor, é influenciada pela visão que o arquitecto tem acerca das vivências e das rotinas que os utilizadores do seu projecto irão ter.

No caso da Cova, estes processos naturais do dia-a-dia influenciaram a maneira como o bairro se dispõe e vive. Não é de estranhar as circulares existentes no troço, nem as avenidas, se é que se pode chamar assim, que atravessam o bairro de uma ponta a outra porque são estas mesmas rotinas que as potenciam, embora muitas vezes inconscientemente.

É através desta organização e do estabelecimento natural e progressivo das construções que torna o bairro acolhedor e aceitável para quem vive nele. Toda a

gente sabe onde procurar o que precisa e sabe que não precisa de andar muito para o encontrar.

Embora esta noção de acessibilidade também seja dada pela rede interminável de becos e ruelas, dos quais vamos falar no ponto a seguir, esta lógica perde-se quando o bairro acaba, ou seja, o processo distributivo inerente ao bairro termina nos seus limites, não tem qualquer ligação com o que o envolve e fecha o bairro sobre si próprio.

O exemplo da Av. Principal é, sob este ponto de vista, bastante elucidativo. A avenida tem um extremo na zona Norte do bairro mas termina antes de atingir o limite Sul, escoando numa outra avenida que contorna, por dentro do bairro, os equipamentos a cargo da Santa Casa da Misericórdia (Fig. 2). Isto deve-se, claro está à necessidade de ligar a estação de comboios ao interior do bairro, não havendo uma necessidade especial de a prolongar até ao extremo Sul.

5.2. O Beco

Este sem dúvida é o elemento que melhor caracteriza a estrutura do bairro da Cova da Moura (Fig. 3), é este que o distingue dos outros bairros que o circundam e que de certo modo estabelece um tipo de limite que, mais do que físico se assume como um limite psicológico.



Figura 4 – Exemplo de Beco a Nordeste do Bairro

O beco tornou-se um limite, pelas características muito peculiares que possui, não só se assume como um limite perante as unidades urbanas dos bairros a volta como estabelece um outro limite dentro do próprio bairro.

O factor proximidade e conhecimento torna o beco num local que pode ser entendido como privado, pois efetivamente, o percorre quem o conhece ou quem lá vive.

Neste bairro, isso torna-se por demais evidente, os becos são um emaranhado de ruelas e pequenas passagens, escuras, claustrofóbicas em alguns locais, das quais transparece sempre a sensação de desconforto por se estar, assumidamente, a passar por um território privado ou que não tem as características de um espaço público.

Segundo a análise que Françoise Choay, referindo a obra de Jane Jacobs⁵, faz acerca do tema da rua, podemos perceber o porquê de um beco constituir um limite, físico, mas, acima de tudo, psicológico.

Segundo a autora uma rua para atrair os transeuntes precisa de possuir três qualidades inerentes:

- Deve haver uma demarcação clara entre o espaço público e o espaço privado;
- Os edifícios devem estabelecer uma relação directa com a rua. O interior do edifício deve ser condicionante, e condicionado pelo que se passa fora;
- A rua deve ser usada sem interrupção.

As qualidades que aqui são enumeradas, retratam um local que é vivido pelas pessoas, um local que é atractivo e saudável porque permite o contacto entre elas durante diversas partes do dia. Para isto também contribui os usos que são dados aos edifícios que delimitam a rua.

Com isto não podemos dizer que a rua não constitui um limite só porque é vivida, mas segundo o ponto de vista psicológico esta não o é seguramente, se der a possibilidade às pessoas de a viverem como viveriam um outro espaço.

É então de salientar que um beco é um limite psicológico, muito mais do que o limite físico imposto pelas condicionantes construídas. O beco impõe regras de circulação e proximidade muito próprias e variadas, não permite ao transeunte ver muito mais além do que a parede da casa que fica em frente, e não transmite qualquer noção de segurança, excepto para quem vive nele, quem o conhece profundamente.

Daí ter escolhido o beco como exemplo de limite mais importante no bairro da Cova da Moura.

É das formas mais usadas na distribuição das habitações no bairro e cria esta barreira psicológica muito forte e marcada que não só exclui as pessoas estranhas do seu interior como tem também um carácter de abrigo para quem aí vive.

Outra forma essencial para a distribuição dentro do bairro e que é, acima de tudo, resultado da topografia acentuada que existe, é a escada, talvez o elemento que mais notoriamente se assume como um limite neste território, tanto dentro do bairro como nos seus limites.

⁵ CHOAY, Françoise (2005) *O Urbanismo : Utopias e Realidades, uma Antologia*, 6ª ed. São Paulo : Perspectiva pp. 293-301

5.3. A Escada

Este elemento urbano é claramente aquele que mais facilmente delimita duas realidades espaciais (destes que foram enumerados anteriormente) sob o ponto de vista urbano.

É um elemento (Fig. 4) que pelas suas características nos permite fazer uma transição de cotas acentuada de um modo rápido e numa pequena distância, mas que ao mesmo tempo se assume como uma marcação de que estamos a passar de um espaço para outro diferente.



Figura 5 – Exemplo de escadas públicas no interior do bairro

Isto acontece sobretudo na zona Este e Norte do bairro (Fig. 5 e 6), nas quais é verdadeiramente necessário este tipo de sistema pela grande inclinação que o terreno apresenta.

Como vimos nos pontos anteriores as questões psicológicas e físicas associadas ao limite necessitam de uma reflexão clara sobre o porquê de serem considerados limites. No entanto, o facto de se ter criado um sistema de transição formado por escadas, no caso específico da Cova da Moura, denota uma intenção desse redesenhar, ou facilitar, os percursos habituais das pessoas no seu dia-a-dia.

Embora facilite, o sistema em si constitui, pela sua especificidade enquanto sistema de transição, um limite claramente definido.



Figura 6 e 7 – Exemplos de escadas públicas no interior do bairro

Até mesmo o simples facto de termos de mudar de ritmo ao andar e o passarmos de uma superfície plana na qual podemos andar e até mesmo correr para uma superfície, porventura composta por materiais diferentes, sob os quais temos de ter atenção ao andar, tudo isto leva a que a pessoa, mesmo que duma maneira despreocupada, perceba que está a entrar num local diferente daquele que já havia percorrido. Isto passa-se efectivamente mesmo que não haja uma mudança drástica na tipologia entre os dois extremos do percurso, porque mesmo havendo esta similaridade entre a origem e o destino, o nosso posicionamento em relação ao espaço, bem como a sua percepção, é totalmente diferente.

Por isso, e para nos referirmos à escada enquanto limite, o contexto em que se insere terá de ser muito específico, como é exemplo o caso da Cova da Moura, o qual tem como único modo de conectar todos os percursos existentes dentro do bairro, o sistema composto por estas escadas.

Daí ter dito que este sistema está intimamente associado ao limite causado pela topografia, influenciando claramente aquilo que se pode fazer de um determinado território.

6. Limite Sociológico da Cova da Moura

6.1 Espaço social

Para se perceber efectivamente o que o Espaço Social comporta convém, à partida ter uma imagem acerca do que significa o termo *espaço*.

Recorrendo à obra de Edward T. Hall, *Dimensão Oculta*, podemos ter uma aproximação precisa do que esta palavra significa.

No seu oitavo capítulo, intitulado *A Linguagem do Espaço*, o autor refere, antes de mais, que o modo como o Homem interpreta e valoriza o *espaço* que o rodeia tem uma relação próxima com a maneira como o seu vocabulário específico foi construído, ou seja, a cultura de uma determinada comunidade reflecte os seus valores e as suas preocupações através de um vocabulário criado à medida da evolução e condições dessa mesma comunidade.

Edward Hall refere ainda a obra lexicológica de Benjamin Lee Whorf, *Language, Thought and Reality*, como base para este pensamento acerca da percepção espacial. Para o autor “as categorias e os tipos que isolamos no mundo fenomenal não se encontram, de maneira nenhuma, nesse mundo... Muito pelo contrário, o mundo apresenta-se como um fluxo caleidoscópico de impressões que devem ser organizadas (...) pelos nossos sistemas linguísticos. Se estamos em condições de dissecar a natureza, de a organizar em conceitos e de lhes atribuir significações, é em grande parte porque demos o nosso acordo a uma fala e que está codificado nas estruturas da nossa língua.” (Hall, 1986, p. 107-108)

Fica então claro que a interpretação que podemos fazer, e concretamente no caso da Cova da Moura, vai ser fortemente influenciado pelo *background* cultural que o analista do *espaço* trará consigo, sendo por isso necessário criar um modelo de análise que seja adaptável à especificidade das realidades observadas⁶. Edward Hall refere, por isso, que conseguiu criar modelos destinados ao estudo de proximidade ao nível cultural, e que o comportamento territorial dessas diferentes culturas, dentro do

⁶ “Os limites dos territórios permanecem praticamente constantes, bem como a localização no território de actividades específicas como o sono, a nutrição, a nidificação. O território é, no sentido mais pleno do termo, um prolongamento do organismo, marcado por signos visuais, vocais e olfactivos.” In HALL, Edward T. (1986). *Dimensão Oculta*, ed. Relógio d'Água. pp. 121

espaço analisado, pertence a um estado que o autor denomina de *perfeitamente fixo e rígido*⁷.

No entanto, e embora a nossa percepção espacial seja uma acção iminentemente dinâmica, podemos referir que, por estar intimamente ligada à acção do indivíduo, primamos por uma incapacidade notável na captação dos elementos essenciais à compreensão do *sentimento humano* com relação ao espaço.

O facto de acharmos que a essência do ser humano, na grande maioria dos casos, estar confinada aquilo que somos e não a uma extrapolação dessa realidade através dos nossos sentidos e sentimentos, no sentido em que nos relacionamos e criamos laços com os espaços que habitamos, leva-nos a errar aquando da tentativa de perceber o que nos rodeia.

Quando conseguimos pôr de lado esta concepção redutora, conseguimos “imaginar o homem prolongado por uma série de campos de extensão constantemente variável”⁸, permitindo-nos por isso identificar um conjunto de diferentes tipos de personalidade humana no acto de uma relação recíproca num determinado espaço, ou, como o autor refere, um conjunto de “personalidades situacionais aprendidas”⁹. Simplisticamente falando, estas baseiam-se nos diversos tipos de relações, sejam elas íntimas, pessoais, sociais ou públicas, que nos permitem qualificar um determinado ambiente, ou *lugar antropológico*.

No entanto, todos estes mecanismos são extremamente difíceis de contabilizar devido à carga inconsciente que isso acarreta.

O estatuto que o lugar antropológico usufrui, é na realidade, algo ambíguo. Não vai muito além de uma ideia criada por aqueles que o habitam, acerca da sua relação com o território e entre os próprios indivíduos, e que se reflecte e expressa de uma forma parcialmente materializada.

Focando-nos agora no tema social do espaço, é de interesse começar com uma frase de Simmel que assume uma importância assombrosa no que toca à realidade que se vive na Cova da Moura.

⁷ HALL, Edward T. (1986). *Dimensão Oculta*, ed. Relógio d'Água. pp. 129-131

⁸ HALL, Edward T. (1986). *Dimensão Oculta*, ed. Relógio d'Água. pp. 135

⁹ HALL, Edward T. (1986). *Dimensão Oculta*, ed. Relógio d'Água. pp. 135

Para o sociólogo, “*O espaço não existe por si, este só faz sentido e ganha vida a partir da acção recíproca que se gera entre os indivíduos*” (in Carmo, 2006, p. 10).

Esta frase faz todo o sentido para este bairro. O bairro vive numa condição de separação explícita, sob o ponto de vista social, de toda a sua envolvente e assume-se como um objecto, se assim podemos chamar, que possui uma identidade própria e criou sistemas únicos e eficazes de subsistência face às dificuldades criadas pela sociedade.

No seu pequeno texto, *A Forma das Margens do Espaço Urbano*, o sociólogo Renato do Carmo aprofunda de maneira explícita e elaborada esta problemática da marginalidade que é patente na grande generalidade das pessoas da Cova da Moura.

Mas para se perceber o que *marginalidade* representa no contexto actual temos de ter em conta que o objecto da análise sociológica mudou radicalmente na passagem da cidade industrial para a cidade pós-industrial.

As relações interdependentes, que se estabeleciam há dois séculos atrás, entre as classes sociais predominantes, o patronado e o proletariado, permitiam-nos distinguir claramente quem pertencia a uma classe marginal, neste caso o povo assalariado, no entanto, e com o mudar de paradigma para a cidade pós-industrial, esta leitura social que se fazia, perde todo o sentido.

Para Miguel do Carmo, no contexto actual, “*a margem representa um conjunto de sistemas de significado, modos de expressão ou estilos de vida considerados alternativos e particulares, relativamente aos modos de vida que derivam da cultura massificada e homogeneizada*”¹⁰.

Esta frase elucida a transformação que ocorreu na sociedade. O grupo marginal deixa de ser a classe pobre que habitava os antigos interiores dos Quarteirões das cidades, e passa a ser todo o tipo de pessoa que assume uma diferenciação em relação à grande maioria dos indivíduos que habitam o território.

No caso da Cova da Moura, o facto de ter uma população maioritariamente africana, de baixos recursos e jovem, colocando-os nesse mesmo âmbito de marginalidade.

No entanto, e para termos uma noção mais esclarecedora acerca da maneira como esta marginalidade define e faz parte do limite social necessitamos de fazer uma análise incisiva sobre a maneira como o *marginal*, neste caso o habitante enquanto

¹⁰ CARMO, Renato Miguel do (2002). *A Forma das Margens do Espaço Urbano in Fórum Sociológico*, nº 7-8.

elemento colectivo do bairro, se relaciona, ou melhor, de que maneiras se pode relacionar com os espaços nos quais ele habita.

O autor Renato do Carmo reflecte acerca de quatro condições básicas que são estabelecidas num determinado lugar para que este possa ser considerado um limite. Para Simmel, que é o sociólogo eleito por Carmo para a sua reflexão acerca do tema, existem quatro condições fundamentais para a criação de um limite (Carmo, 2006, p. 10-23).

São estas a Exclusividade, a Divisão, a Fixação e a dicotomia Proximidade/Distância.

Quanto à Exclusividade podemos dizer que cada parte do espaço é única, porque segundo o autor não existe um espaço único geral, existem sim um conjunto de troços de espaço que através das suas particularidades permitem que os indivíduos ajam reciprocamente, ou seja, na Cova da Moura temos de entender cada espaço como possuindo um conjunto de características próprias e que são elas que potenciam e favorecem determinado tipo de relações entre os seus usuários. É assim que se estabelecem as hierarquias de espaços no bairro.

No caso da condição Divisão, é interessante a frase do autor na qual diz que “o espaço é determinado por limites, são estes que viabilizam a autonomização da parte”¹¹.

Isto valida, do ponto de vista do sociólogo, que a divisão se estrutura, não por um conjunto de factores de ordem física ou natural mas pelas relações desenvolvidas entre determinados agentes, ou seja, “a interação estrutura o limite”¹².

É aqui que Miguel do Carmo refere que a forma do espaço, que designa como já referi, de limite, representa uma função sociológica.

Mais uma vez na Cova da Moura isto é profundamente notório. Quem vive o bairro percebe que são estas relações existentes entre os membros do bairro, num determinado espaço, que lhe dão a sua identidade e características, sejam elas boas ou más. Ou seja, o tipo de pessoas, bem como as relações que estabelecem umas com as outras, vão dar a determinado local um carácter, ou como comumente dizemos, uma *fama*. E isso pode, ou não, ser potenciado pela arquitectura que nós arquitectos nos propomos a criar. Podemos conscientemente criar espaços e

¹¹ CARMO, Renato Miguel do (2006). *Contributos para uma sociologia do espaço-tempo*, ed. Celta. pp. 11

¹² *Ibidem*

relações entre espaços que viabilizem determinadas actividades, mas tendo sempre em conta que a imprevisibilidade associada à ocupação do espaço pode alterar radicalmente aquilo que são as premissas ocupacionais de determinado espaço criado.

No caso da Fixação o autor descreve-a como “*a confluência de acções recíprocas em torno de um objecto comum*”¹³.

Esta baseia-se em mecanismos próprios que permitem fixar num ponto tudo aquilo que se movimenta, todas as relações existentes entre os agentes do espaço, o que propicia o aparecimento de uma reunião. Em termos práticos, é a criação de um elemento, físico ou social, que permite agregar um conjunto de interacções entre indivíduos, focalizados numa temática comum. Por exemplo a existência de um cabeleireiro num determinado espaço da Cova da Moura, permite, ou melhor, favorece, um determinado tipo de actividades e de relações em todo o território envolvente. Funciona como um pólo irradiador de um determinado aspecto pertencente ao quotidiano da população que habita o bairro.

Por fim, a ultima condição para a criação de um limite é a Proximidade e a Distância. Esta característica é que nos permite perceber até que ponto uma reunião tem a probabilidade de acontecer.

É então perceptível que para Simmel, segundo o autor Renato do Carmo, a noção de limite parte de algo sociologicamente construído e tem como fundamento a acção recíproca.

É inútil por isso definir um espaço sem ter em consideração as relações inter-individuais que se estabelecem porque o “*espaço não fala por si, este fala através das diversas dinâmicas sociais que se apropriam e produzem formas de espaço*” (Carmo, 2006, p.13).

Mais uma vez podemos remeter o factor de identidade da Cova da Moura para este tipo de pensamento porque dado o contexto social em que o bairro foi edificado estabeleceram-se, ou melhor, foram estabelecidas relações entre os habitantes com um grau de especificidade tão elevado que a criação dos espaços existentes resultou num conjunto claramente identificável e ajustado às pessoas que o habitam.

¹³ CARMO, Renato Miguel do (2006). *Contributos para uma sociologia do espaço-tempo*, ed. Celta. pp. 11

Com isto não pretendo dizer que a qualidade espacial e de vida existente no bairro tenha a ver com este aspecto, mas que a identidade dada aos espaços, a maneira como são vividos, são únicos e característicos desta comunidade tão específica, seja ela criadora de um espaço pobre como de um espaço rico, se assim quisermos dizer. É por isso tão claro perceber que um limite, na sua verdadeira forma enquanto palavra, não implica, sob o ponto de vista sociológico um elemento físico para o materializar.

Basta tão somente, uma cultura diferente, uma maneira de ver a sociedade diferente, para se produzir um espaço totalmente diferente de outro e carregado de uma identidade própria.

É então nesta base que, o autor refere que necessitamos de ter uma definição clara do que consideramos interior e exterior quando tentamos arranjar uma definição para a noção de limite.

O caso da Cova da Moura vai bem ao encontro do que Renato do Carmo identifica como um limite. Para o sociólogo em algumas situações *“as paredes podem não existir fisicamente mas são tão reais como se constituíssem uma fronteira bem presente. Isto acontece em realidades extremas de exclusão social e de estigmatização relativamente a populações residentes em determinados bairros pobres e degradados”* (in Carmo, 2006, p.15)

Esta tendência que leva as pessoas a “barricarem-se” num grupo social no qual se sentem confortáveis por, assumidamente, não terem qualquer tipo de contacto com outros grupos, é analisada por Zygmunt Bauman no seu livro *Medo e Confiança na Cidade* através da citação do arquitecto Jonathan Manning, que defende ser necessária a *“transformação das mentalidades que permita passar da criação de espaços privados a um domínio público mais amplo, que possa ser útil e estimulante ao mesmo tempo (...). Este domínio deveria servir múltiplos fins e não obstaculizar a comunicação humana, mas facilitá-la”* (in Bauman, 2006, p.69).

Como já referi, na Cova da Moura, não era sequer necessário que a topografia, ou os becos fizessem parte da morfologia do bairro, basta apenas, haver uma ideia de exclusão social para estas barreiras extravasarem o carácter impermeável das paredes de betão e tijolo para se fundamentarem em pensamentos e atitudes que estigmatizam toda uma sociedade em relação a este tipo específico de minoria que habita o nosso território.

Podemos então dizer que existem dois tipos de limites, interdependentes claro está, mas que se podem autonomizar enquanto duas dimensões distintas do conceito de espaço social:

- O primeiro é definido pela constituição física do espaço, que é geralmente a definição imediata que fazemos do limite, através dos elementos urbanos que o constituem, e que pode ser denominado por *espaço-morfológico*.
- O segundo transcende e sobrepõe-se à dimensão física do limite. Permite aos actores do espaço ultrapassarem o limite imposto pelo espaço morfológico, criando novos contextos e novas interacções. É assim um limite que embora surja justaposto ao espaço morfológico potencia a coexistência e a comunicação das pessoas. Este limite é então chamado de *espaço socialmente construído*.¹⁴

Para Henri Lefebvre, por exemplo, o espaço social não se define pelos seus limites nem se posiciona em relação a outros pelas suas limitações físicas mas sim por um conjunto de relações ambíguas que são estabelecidas nos seus limites e que de certo modo elaboram a continuidade desses mesmos espaços. Podemos então dizer que o signo associado a determinado espaço criado suplanta, efectivamente, qualquer tipo de morfologia, natural ou construída¹⁵.

É interessante o pensamento deste filósofo acerca do tema porque embora siga uma linha de raciocínio um pouco diferente, por não subdividir o espaço social em diversas formas, consolida um pensamento eficaz e que nos leva a tirar as mesmas conclusões acerca do assunto, ou seja, ambos os pensadores, Simmel e Lefebvre assumem claramente que o Lugar, aquilo que é criado para o ser humano usufruir, é algo mais do que aquilo que foi artificialmente, ou naturalmente, construído.

¹⁴ CARMO, Renato Miguel do (2006). *Contributos para uma sociologia do espaço-tempo*, ed. Celta

¹⁵ "Social spaces interpenetrate one another and/or superimpose themselves upon one another. They are not things, which have mutually limiting boundaries and which collide because of their contours or as a result of inertia. Figurative terms such as "sheet" and "stratum" have serious drawbacks: being metaphorical rather than conceptual, they assimilate space to things and thus relegate its concept to the realm of abstraction. Visible boundaries, such as walls and enclosures in general, give rise for their part to an appearance of separation between spaces where in fact what exists is an ambiguous continuity. The space of a room, bedroom, house or garden may be cut off in a sense from social space by barriers and walls, by all the signs of private property, yet still remain fundamentally part of that space." In LEFEBVRE, Henri (). *The Production of Space*, ed. pp. 86-87

Para demonstrar esta proximidade existente entre as duas vertentes de limite referidas anteriormente, o *espaço morfológico* e o *espaço socialmente construído* podemos dar o exemplo de uma situação por demais recorrente neste tipo de bairros, cujos habitantes muitas vezes ficam alojados em pequenos quartos alugados dentro das casas de outras pessoas.

Neste tipo de situações é importante conseguir perceber que no caso de uma pessoa viver sob o mesmo tecto de outra não significa que o limite para quem o vive sejam as quatro paredes que compõe a casa. O caso é ainda mais explícito se essa pessoa que se encontra isolada tiver um amigo íntimo na casa do outro lado da rua. Ai o seu limite, aquilo que considera o término da sua zona de conforto social, passa a ser o conjunto criado pelas relações que estabelece com esse amigo, limitado pelo seu hipotético quarto e pelo quarto do seu amigo, sendo tudo o que acontece para fora disso uma realidade que ultrapassa essa relação. O simples facto de ir, por exemplo, à casa de banho já é para ele estar a sair do seu espaço, embora sob o ponto de vista morfológico esteja no mesmo espaço delimitado.

É por isso perceptível que embora os dois tipos de limite estejam intimamente ligados exige algo mais para além da morfologia do espaço, exige relacionamentos. E os relacionamentos exigem movimento.

O espaço social não é algo estático, como já vimos, este pressupõe movimento, é o que capacita os indivíduos de se relacionarem e de interagirem.

Um outro factor que está relacionado com a caracterização do espaço social é a ordem temporal. “*O tempo é movimento em si. Sem esta dimensão os indivíduos não conseguiriam interagir no espaço de forma contínua e repetitiva*” (in Carmo, 2006, p.18).

Este elemento é um dado adquirido nas nossas vidas, sem o tempo era impossível acontecer o que quer que fosse, pois sem a questão temporal, as situações não podiam mudar, seria uma estagnação intransponível que não permitiria sequer que a vida acontecesse, daí considerarmos como algo já adquirido, mas que no fundo não deixa de ter um papel importante na definição do espaço-social, fazendo parte por isso, das quatro dimensões que definem o espaço social.

Todas estas dimensões, o espaço-morfológico, o espaço-construído, o espaço-tempo, e o espaço-acção fazem parte dum sistema interligado que não só nos

permitem ter uma visão segmentada do que compõe o espaço-social, mas sempre numa forma interdependente, pois não é possível criar uma classificação real do espaço social só com um parâmetro¹⁶.

Todo este conjunto de características ainda fundamenta outras noções que lhes são associadas. Ou seja, através de cada duas destas características do espaço social podemos estabelecer uma nova noção através da sua proximidade em termos de conceito. Por exemplo, o espaço morfológico e o espaço construído criam a noção de limite, o espaço acção e o espaço tempo criam a noção de movimento.

Por seu lado, o espaço morfológico com o espaço tempo criam a noção de Presença¹⁷, que se fundamenta na ideia de estar num determinado local num determinado ponto do tempo e o espaço socialmente construído e o espaço acção criam a noção de Produção¹⁸, que se compõe de dois factores principais:

- A possibilidade e a capacidade que cada actor tem de se relacionar e interagir reciprocamente com outros indivíduos;
- A configuração espacial que resulta dessa mesma acção recíproca.

No caso específico da Cova da Moura todas estas realidades, se analisarmos em profundidade estão não só presentes em todos os espaços criados no interior do bairro como têm características muito próprias que o tornam ímpar no tecido urbano daquela zona.

Quando se intervém no bairro, é necessário ter bem em mente que a criação de um ambiente não se resume à criação de um espaço. É também a criação de espaço mas acima de tudo, é a criação de um sistema que possibilite um relacionamento entre as pessoas que lá habitam.

E é a partir desta necessidade de criar uma relação entre os vários pontos definidos pelo limite da Cova da Moura que idealizei a solução associada ao problema prático que nos era colocado (este trabalho fundamenta um projecto académico que é proposto para a conclusão do Mestrado Integrado do Curso de Arquitectura).

¹⁶ CARMO, Renato Miguel do (2006). *Contributos para uma sociologia do espaço-tempo*, ed. Celta. pp. 16-23

¹⁷ CARMO, Renato Miguel do (2006). *Contributos para uma sociologia do espaço-tempo*, ed. Celta. pp. 20

¹⁸ CARMO, Renato Miguel do (2006). *Contributos para uma sociologia do espaço-tempo*, ed. Celta. pp. 20

7. Projecto

Como parte fundamental desta proposta de Projecto Final de Mestrado, era necessária a elaboração de um projecto de Arquitectura que respondesse às questões levantadas em toda a extensão da análise efectuada anteriormente.

De um modo resumido o grande problema que se verificava aquando da análise, quer dos limites físicos quer sociológicos do bairro, era o da incapacidade desses mesmos limites proverem efectivamente a *linha de costura* que seria expectável num território com estas características morfológicas.

Escolhendo um desses pontos problemáticos resolvi actuar sobre um enclave que havia sido criado há algumas décadas, muito provavelmente desde os primórdios do bairro, na zona a Norte do bairro.

Este ponto é interessante porque através das suas características se assume como uma barreira na continuidade urbana do lugar.

O facto de existir uma linha ferroviária inviabiliza à partida que esta unidade, ou melhor dizendo, a continuidade que se poderia estabelecer entre ambos os lados do troço onde passa o comboio, se perca de maneira provavelmente irreversível.

É por esta dificuldade causada pela infra-estrutura dos caminhos ferroviários que toda a evolução urbana daquela zona se limitou a *circundar* e *delimitar* o problema da descontinuidade, o que, para além de não resolver, cria efetivamente mais problemas.

Uma tentativa efectuada há algumas décadas, associada a necessidade de conduzir as pessoas que ali moram ao cais da estação de comboios existente, baseou-se na criação de uma passagem pedonal superior em relação à linha ferroviária.

Claro está que esta solução, indo muito além do facto meramente inconsciente e contemplativo que está associado à nossa abordagem mais simples do problema, o factor *estético*, ou se quisermos dizer *arquitectónico*, aterrador e aberrante do objecto em questão, estava à partida condenada ao insucesso.

Para Marc Augé, um *lugar*¹⁹ possui determinadas características que lhe conferem uma identidade específica, que pode ser expressa através de uma qualquer manifestação intrínseca aos naturais desse mesmo local, daqueles que na sua cultura e desenvolvimento absorveram as diferentes camadas históricas e sociais que compõe esse mesmo território desde a sua apropriação enquanto povo.

No entanto, o facto de este elemento servir única e exclusivamente para direccionar e conduzir as pessoas ao seu destino, sem providenciar pontos de estadia, pontos de vista, enquadramentos, ou até mesmo possuir um programa que agarre as pessoas que lhes dê uma sensação de que algo no objecto se relaciona intimamente com o seu Ser, torna-o num elemento repulsivo e estranho a toda a lógica vivencial e experimental do dia-a-dia das pessoas. Não é de admirar por isso o estado de degradação a que o objecto está sujeito.

Aquilo que me propus criar para tentar solucionar este problema foi uma reinterpretação do que poderia ser este elemento que faz esta distribuição entre duas cotas espaciais distintas.

Antes de mais seria a possibilidade de criar um ponto intermédio, entre o exterior, ou seja, o bairro da Cova da Moura, e o seu interior, composto pelo programa associado ao edifício a criar, que pudesse abraçar um momento de estadia imediatamente antes de se usufruir do conteúdo programático do edifício.

Este espaço tem como objectivo principal *limitar* as duas realidades existentes, o dentro e o fora, mas também permitir que através do seu posicionamento se tenha uma perspectiva diferente do que é a envolvente construída e natural do território. A sua posição *empoleirada* sobre a linha do comboio permite ter, entre outros, uma perspectiva diferente do troço do Aqueduto das Águas-Livres existente.

Esta praça, se assim lhe podemos chamar, seria o elo de articulação entre as diferentes partes que o edifício em si pretendia resolver. Permite a ligação com o cais através de um núcleo de acessos existente a Este da praça, núcleo este que serve unicamente para aceder a um subsistema dentro do próprio edifício que contempla um conjunto de usos e espaços de estadia antes de se proceder à ligação propriamente dita com o cais, usos e espaços estes que se encontram

¹⁹ “Qualquer acontecimento imprevisto, ainda que perfeitamente previsível e recorrente do ponto de vista ritual, como são os nascimentos, as doenças e as mortes, exige uma interpretação, não propriamente para ser conhecido, mas para ser reconhecido, ou seja, para se tornar passível de um discurso, de um diagnóstico nos termos já inventariados, e cujo enunciado não seja susceptível de chocar os bastiões da ortodoxia cultural e da sintaxe social.” In AUGÉ, Marc, (). *Os Não-Lugares* pp. 51

programaticamente afastados do resto do programa do edifício. Permite também o acesso ao conteúdo programático do edifício, que passa pela criação de um centro social, bem como o acesso, através de uma rampa lateralizada em relação ao edifício, ao sistema que possibilita a chegada ao bairro da Damaia, do outro lado da linha do comboio.

Quanto ao programa associado ao edifício, este seria distribuído por três níveis, sendo o piso superior, que tem ligação com a Cova da Moura, composto por um pequeno átrio que permite a distribuição para um conjunto de gabinetes de apoio ao cidadão, a uma cafetaria, e ao sistema de acessos públicos que permite aceder quer ao sistema de ligação ao cais quer ao bairro da Damaia.

É então através de um sistema de acessos distinto, posicionado dentro do átrio do edifício que se acede ao resto do programa do centro social num piso inferior.

Todo este piso é vocacionado ao tema da expressão cultural, algo bastante usual em zonas em que predomina a cultura africana, o qual é composto por pequeno estúdio de dança, com todas as suas dependências, dois estúdios de música, e quatro ateliers de artes plásticas.

Em complemento ao programa do centro social, existe, no piso de contacto com a cota mais baixa do terreno, um espaço de estadia com uma pequena zona de leitura que *olha* sobre o aqueduto.

Formalmente o edifício apresenta-se como um volume linear de betão assente sobre um conjunto de apoios, também eles de betão, que comportam todos os núcleos de acessos existentes. Adequado às diferentes valências espaciais e visuais, o material utilizado apresenta diferentes tipos de acabamentos e de malhas compositivas.

Numa perspectiva de complementar o edifício proposto para substituir a passagem pedonal existente, criei ainda um outro edifício, este sim dentro do bairro da Cova da Moura, que permitia não só resolver a *frente de rua* do bairro como também providenciar que o percurso associado ao novo elemento criado passasse também por dentro do bairro.

Este edifício contém como programa principal um pequeno auditório para oitenta pessoas, contendo ainda uma cafetaria no piso superior bem como toda a administração do centro social.

Morfologicamente é muito semelhante ao edifício-ponte, pois não só se alinha perfeitamente com este, sobretudo sob o ponto de vista conceptual, como também estabelece uma continuidade material entre ambos, estabelecendo de certa forma uma analogia que existe nesse mesmo território entre o aqueduto e a mãe d'água.

8. Conclusão

Após a pesquisa efectuada em torno do tema inicial do limite no caso de estudo da Cova da Moura, penso ter conseguido chegar a um factor aproximado acerca daquilo que efectivamente rotula o problema dos limites no bairro.

O carácter social do bairro sobrepõe-se de um modo esmagador a todos os *conflitos construídos* existentes no local. Não são só as casas degradadas e a fraca qualidade de vida que potenciam que o bairro tenha os problemas que se notam.

Passa muito pela constante estigmatização e discriminação a que estas pessoas são sujeitas, não só por nós observadores, mas até mesmo pelos próprios Arquitectos e Urbanistas e que, por não serem efectivamente entendidas na sua essência enquanto grupo cultural distinto, porque o são, e por serem e terem um passado cultural diferente, têm de ser encarados de maneira diferente.

Não que isto valide o que se faz.

Hoje em dia o *diferente* assume-se como *inferior*, no entanto o *diferente* deve pressupor uma ginástica por parte de quem pensa o espaço de modo a criar espaços confortáveis e apropriáveis por quem os vive e isso implica conhecer as culturas e acima de tudo perceber que todos vemos e sentimos o que nos rodeia de um modo distinto.

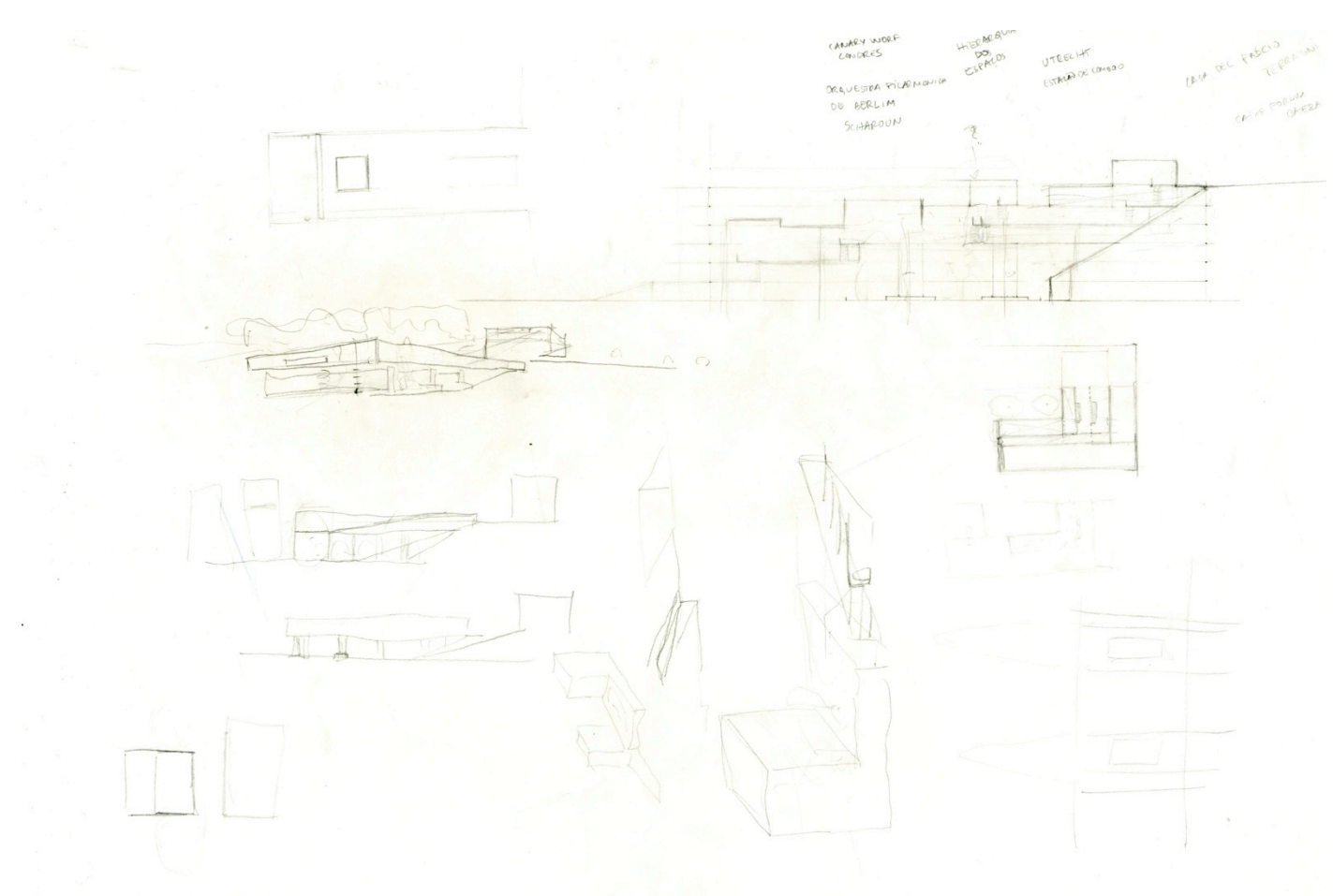
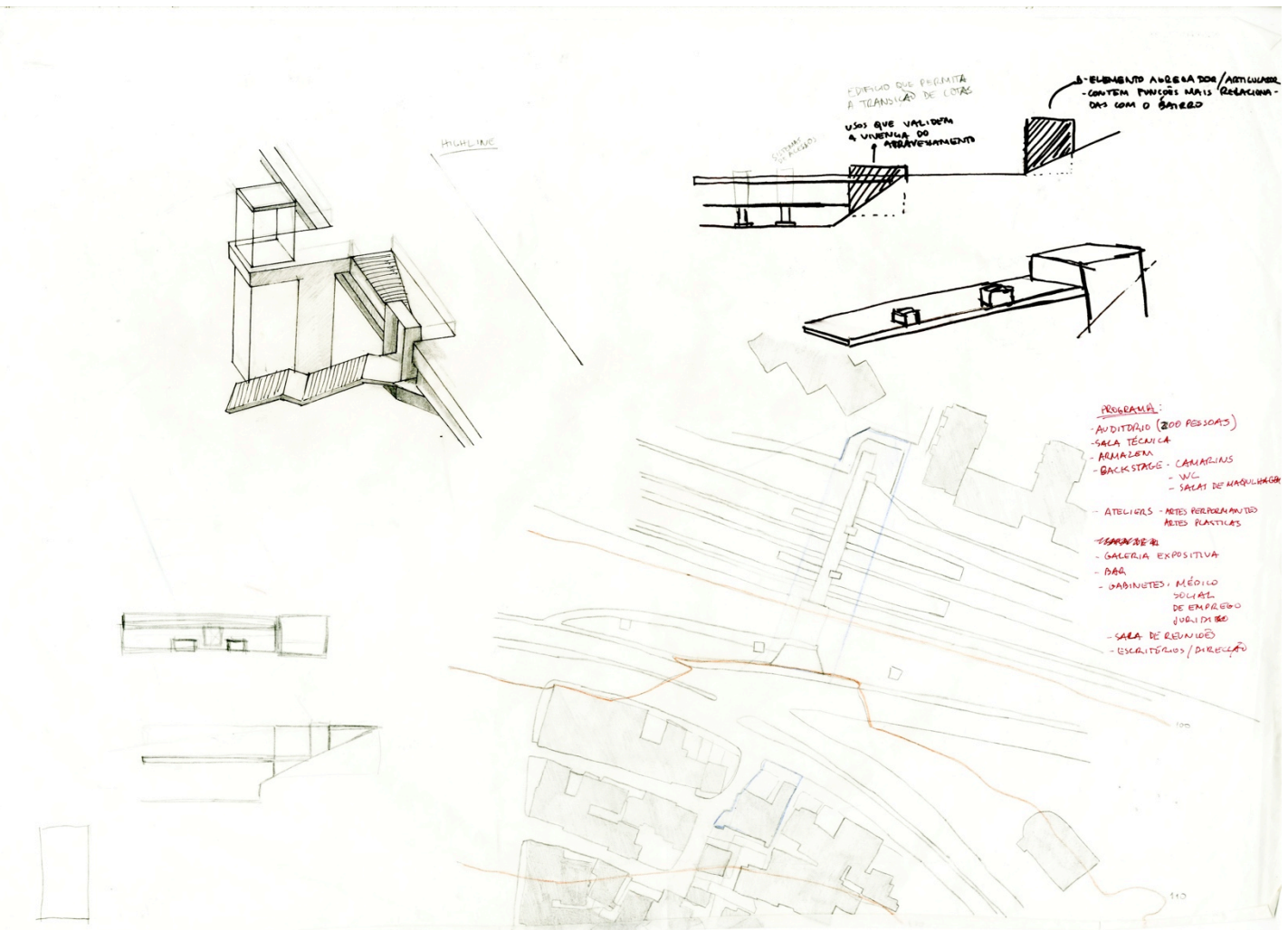
Passa então por este ponto o que de melhor tirei da pesquisa que fundamentou este relatório. Não é necessariamente o facto de ser um bairro de lata que afasta a Cova da Moura da sociedade mediana, mas sim o modo como desde o início foram encaradas as pessoas que imigravam. E é aí que tem de residir o pensamento do Arquitecto. Como, enquanto pensador de espaços e de ambientes, podemos dar a uma cultura totalmente diferente um lugar que seja realmente aprazível e que lhes confira um sentido de identidade que perderam aquando da sua vinda para Portugal.

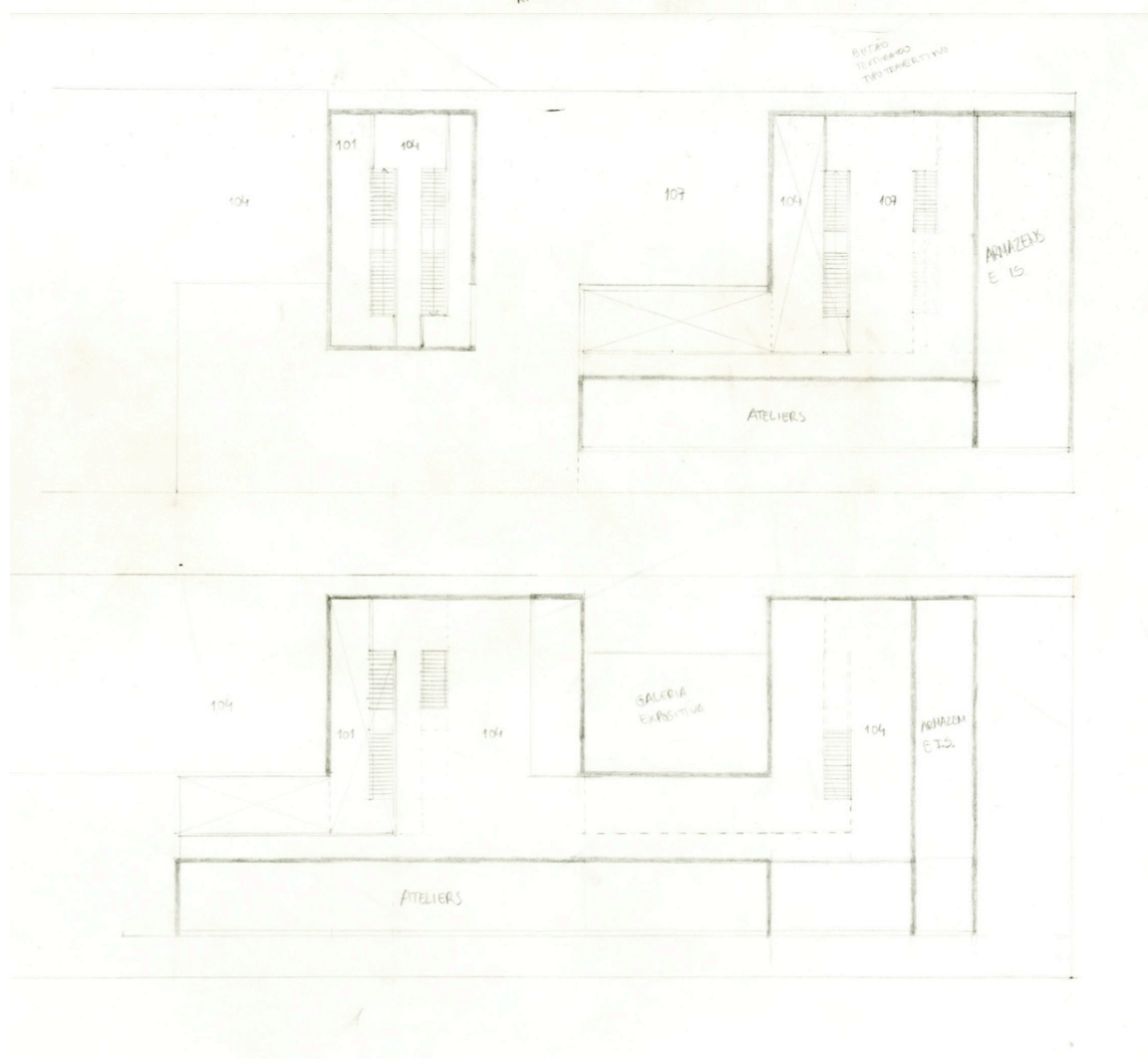
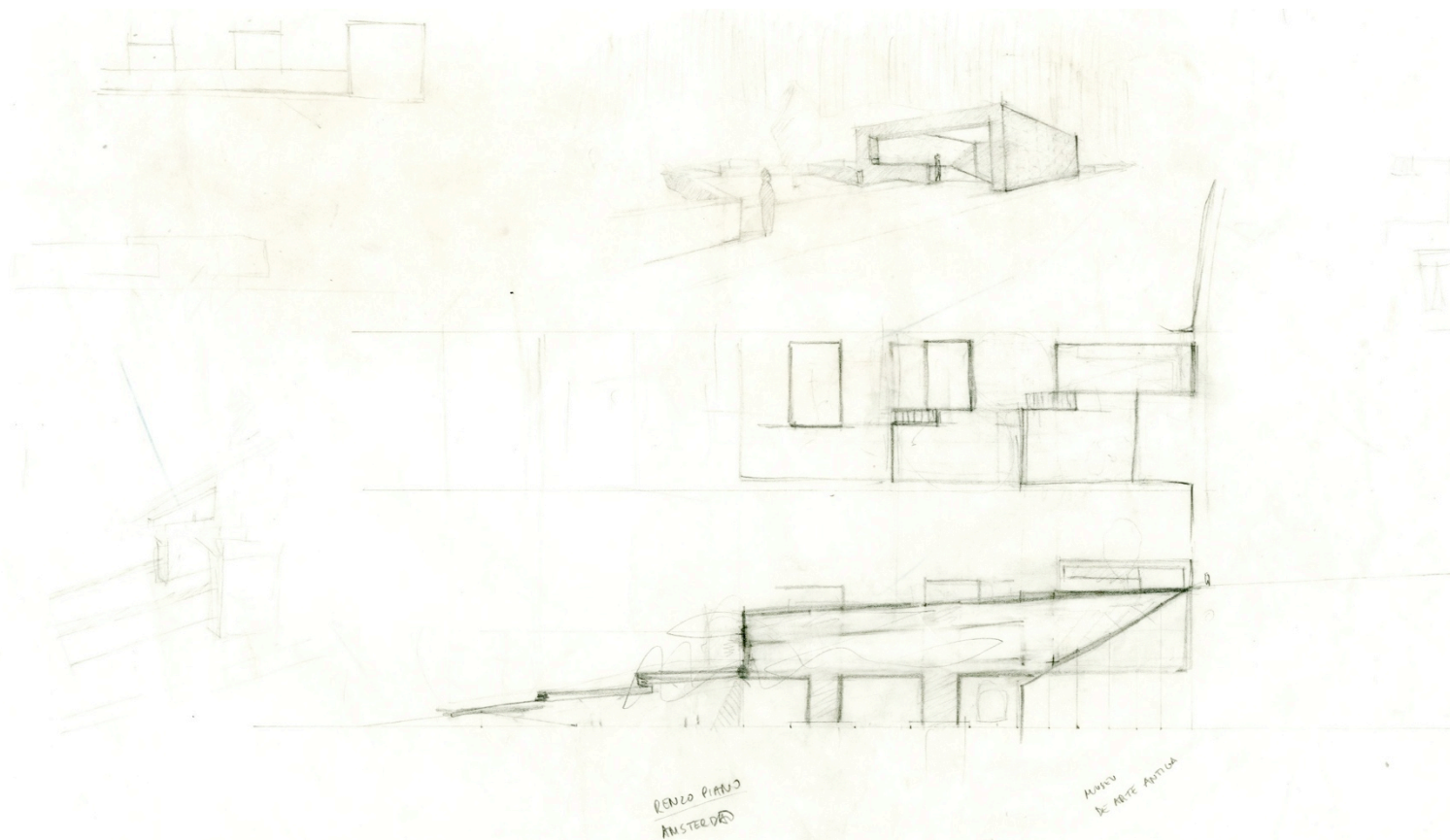
9. Referências Bibliográficas

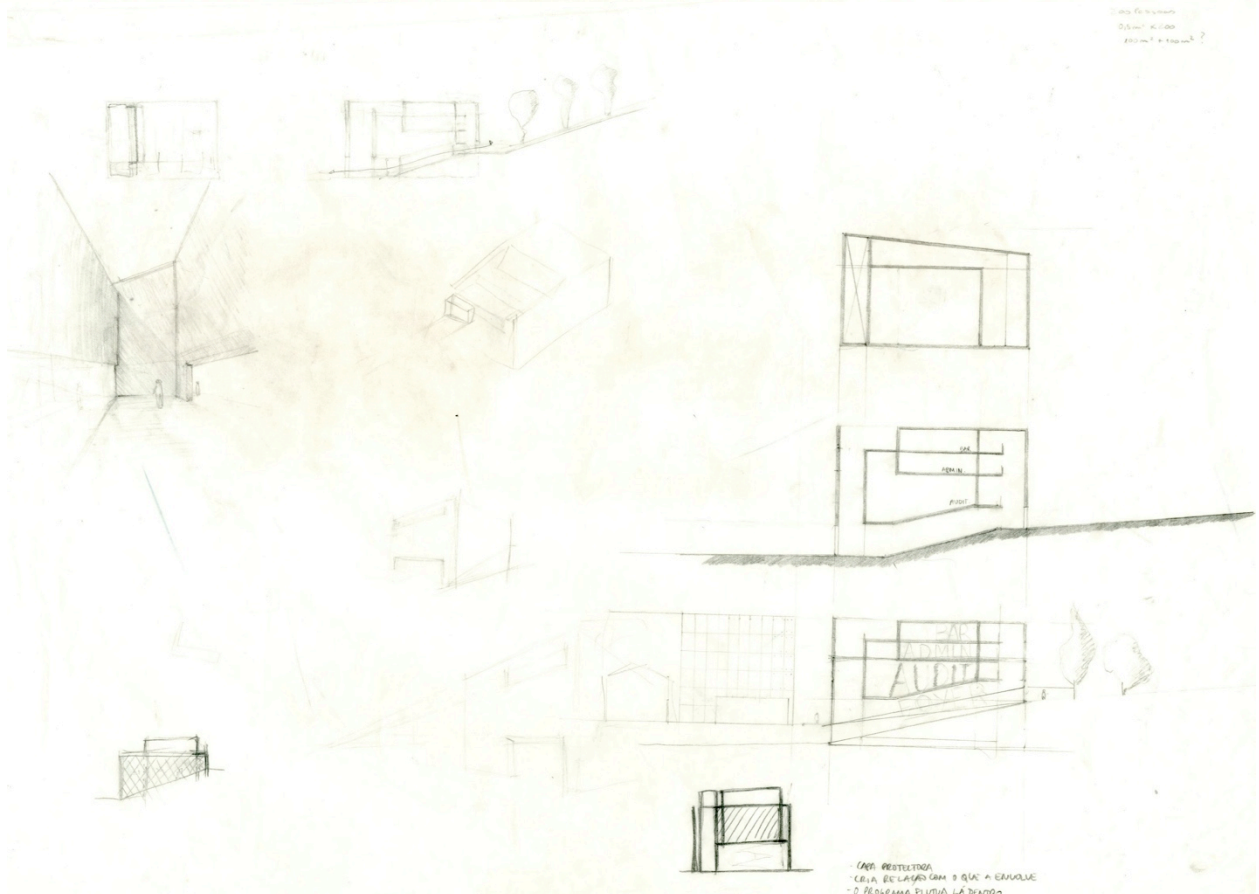
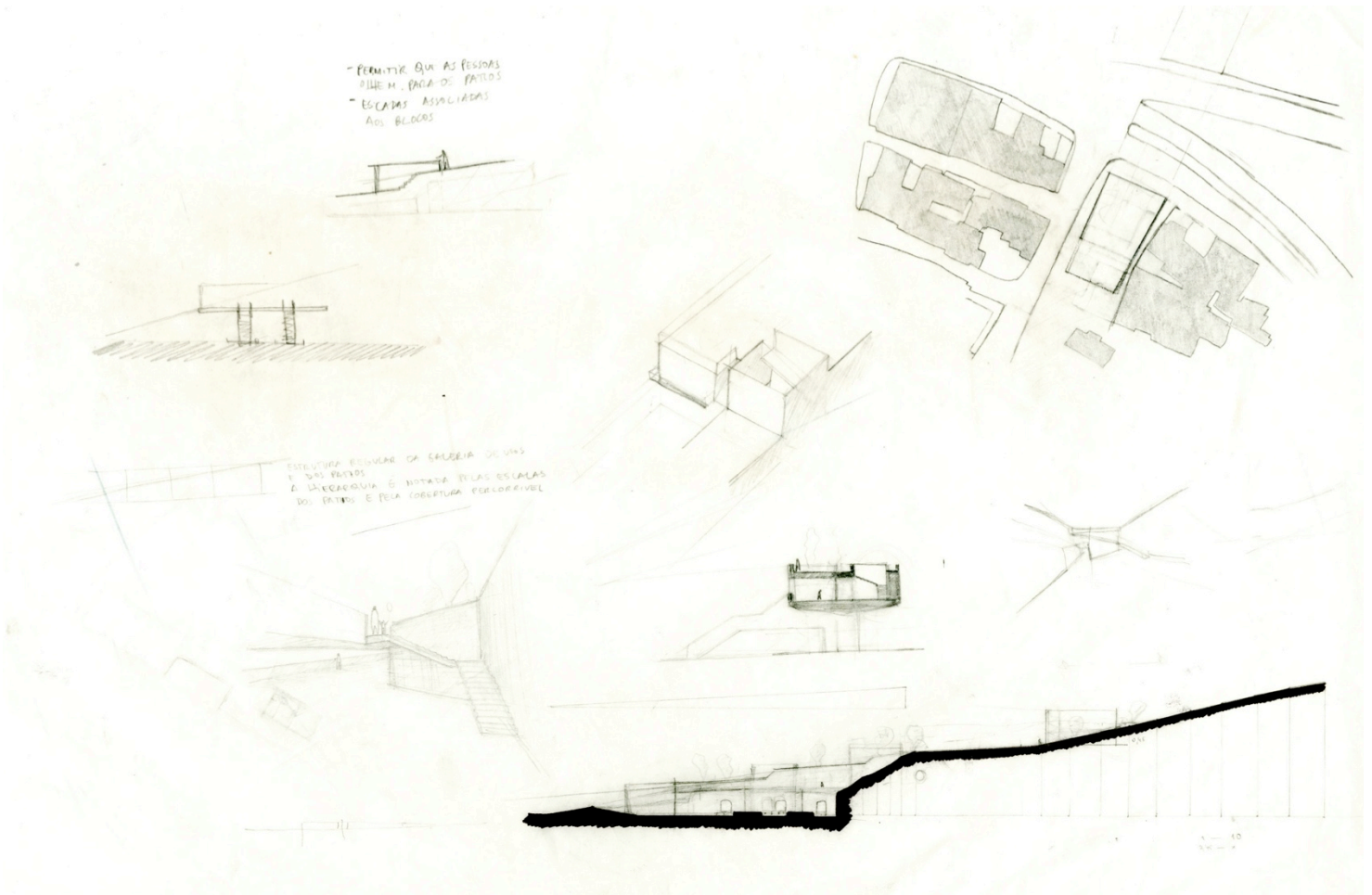
- Augé, Marc, (1994). *Os Não-Lugares*, Venda Nova, Bertrand Editora
- Arantes, Pedro Fiori (2008). *O lugar da Arquitectura num “planeta de Favelas”*, Porto, Dafne
- Bauman, Zigmunt (2006). *Confiança e Medo na Cidade*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Carmo, Renato Miguel do (2006). *Contributos para uma sociologia do espaço-tempo*, Oeiras, Celta.
- Carmo, Renato Miguel do (2002). *A Forma das Margens do Espaço Urbano in Fórum Sociológico*, nº 7-8, Lisboa
- Choay, Françoise (2005) *O Urbanismo : Utopias e Realidades, uma Antologia*, São Paulo, Perspectiva
- Cordeiro, Graça Índias (2008) *A Rua – Espaço, Tempo, Sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte
- Davis, Mike (2006). *Planeta Favela*, São Paulo, Boitempo Editorial
- Hall, Edward T. (1986). *Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio d'Água
- Lamas, José M. Ressano Garcia (2000). *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Lefebvre, Henri (2009). *The Production of Space*, Oxford, Basil Blackwell
- LNEC (2008). *Colaboração do LNEC na análise das Condições de Habitabilidade do edificado no Bairro do Alto da Cova da Moura. Avaliação das Necessidades de Reabilitação do Edificado*. Relatório 366/2008 – DED/NAU. Lisboa, Portugal. LNEC

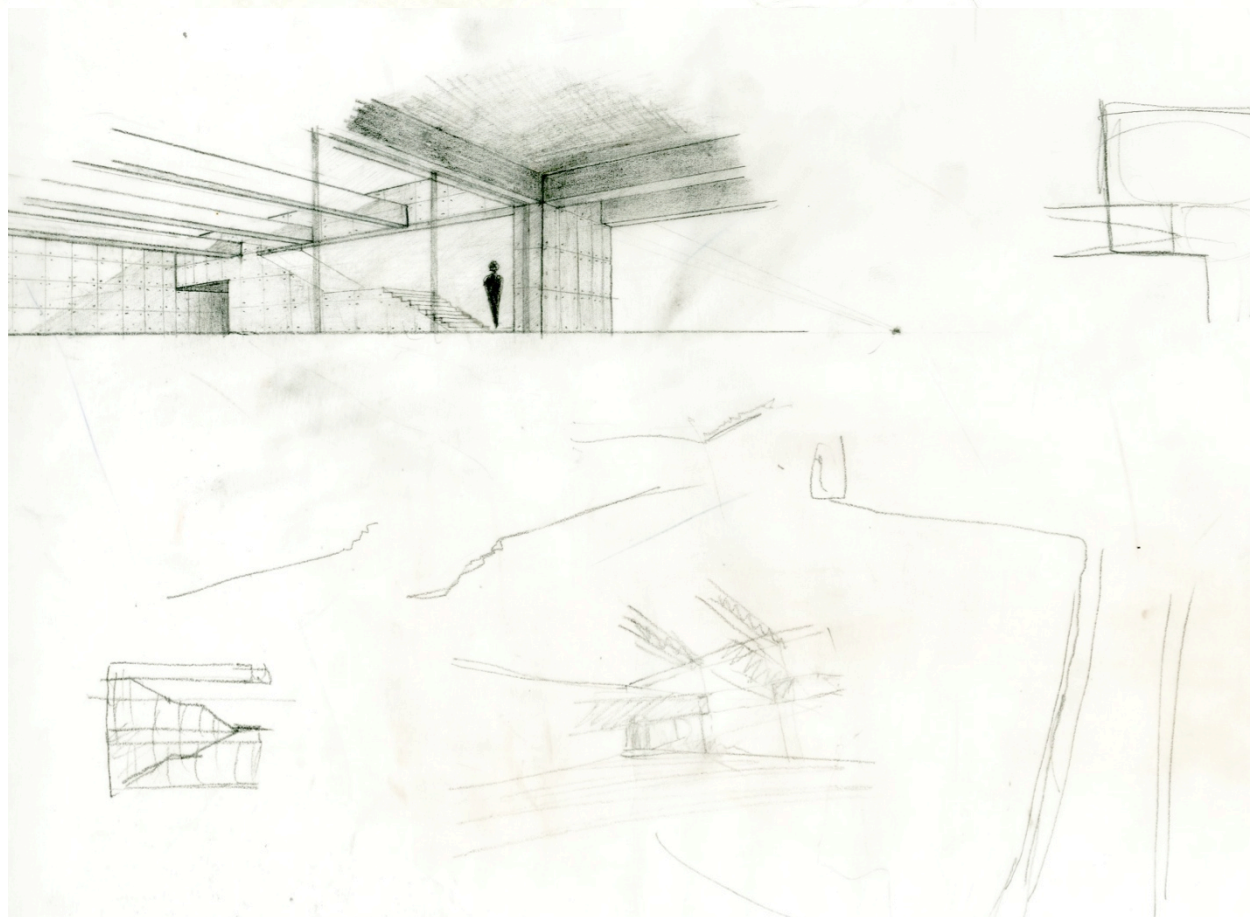
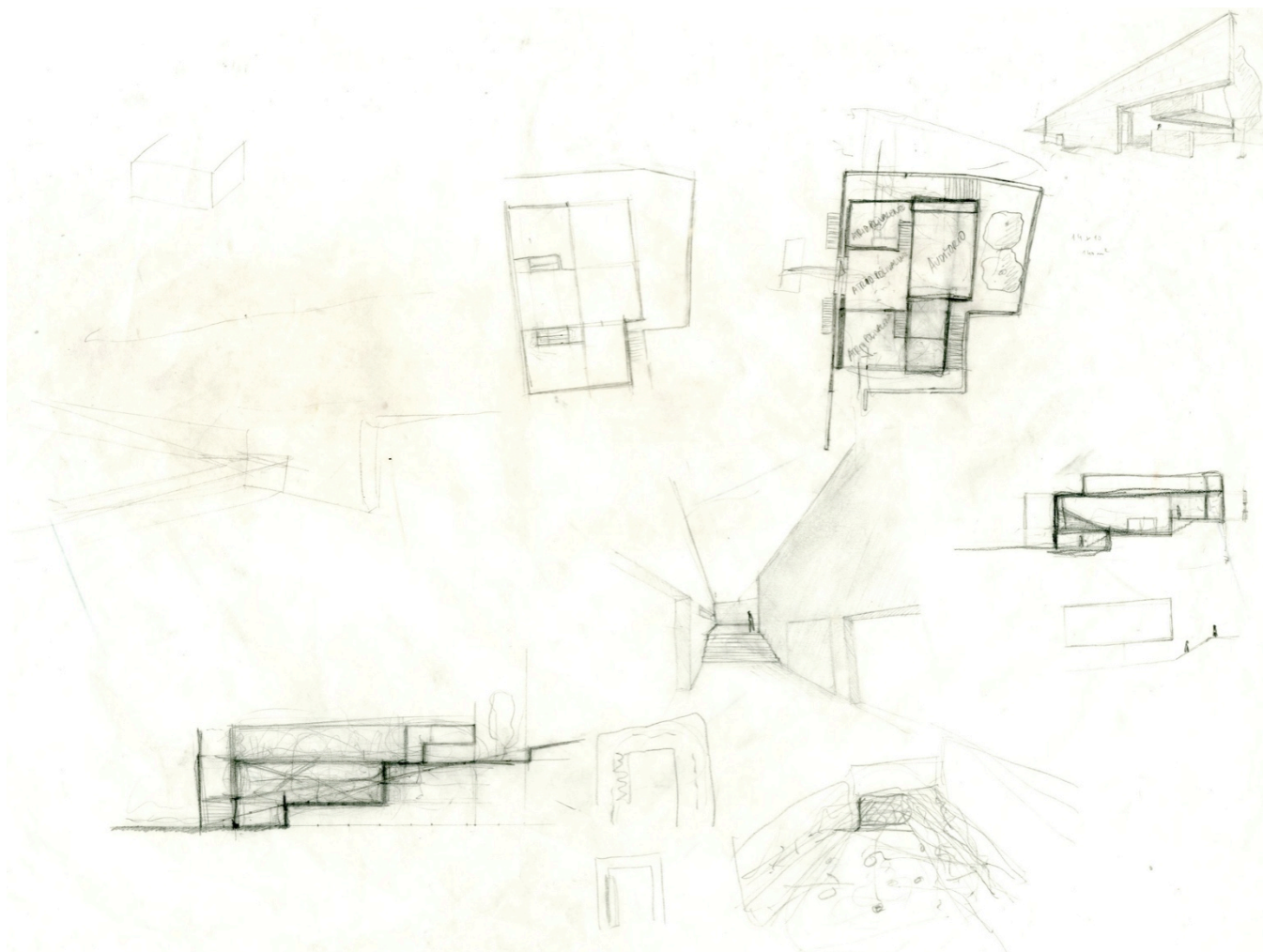
ANEXOS

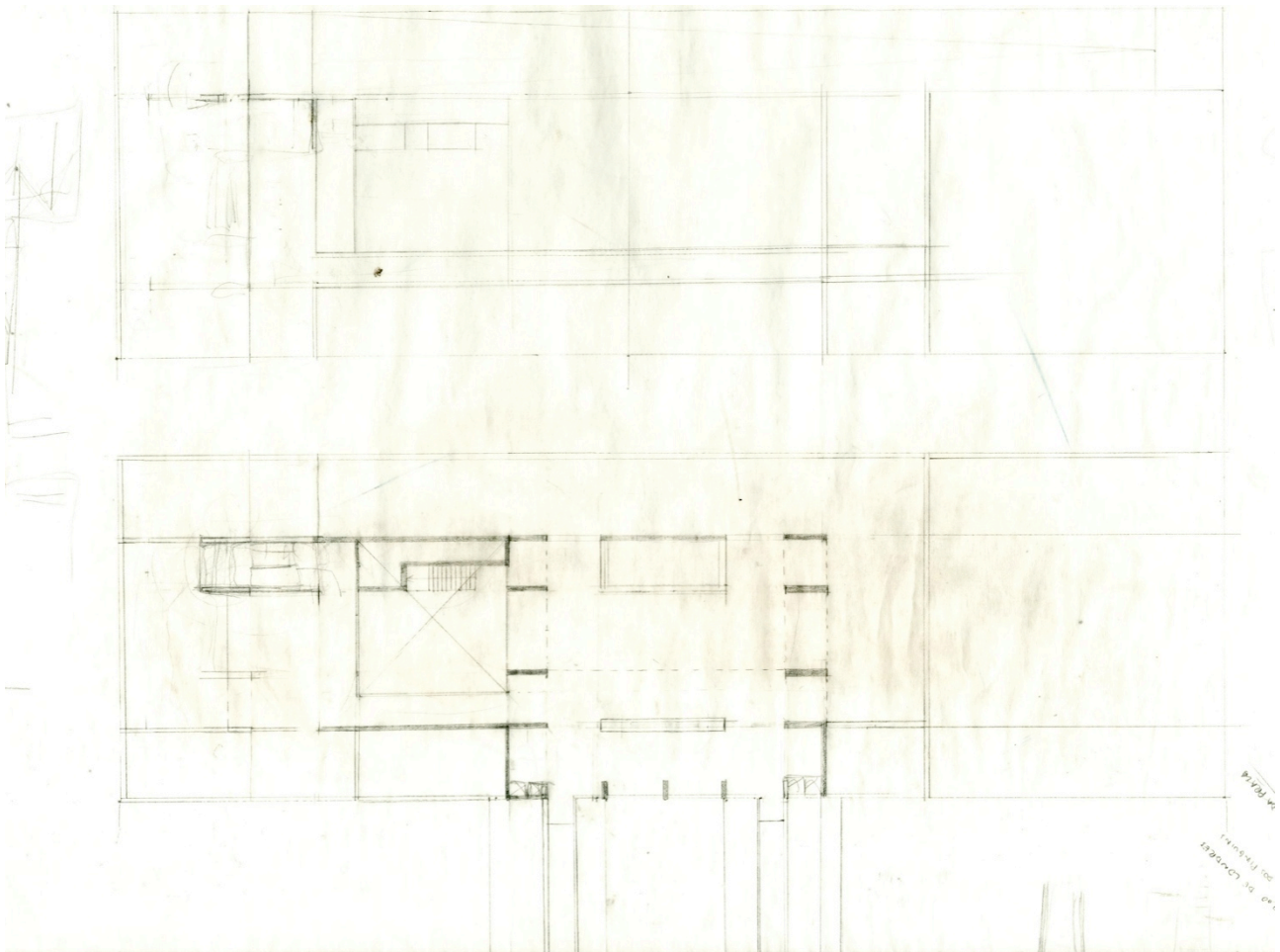
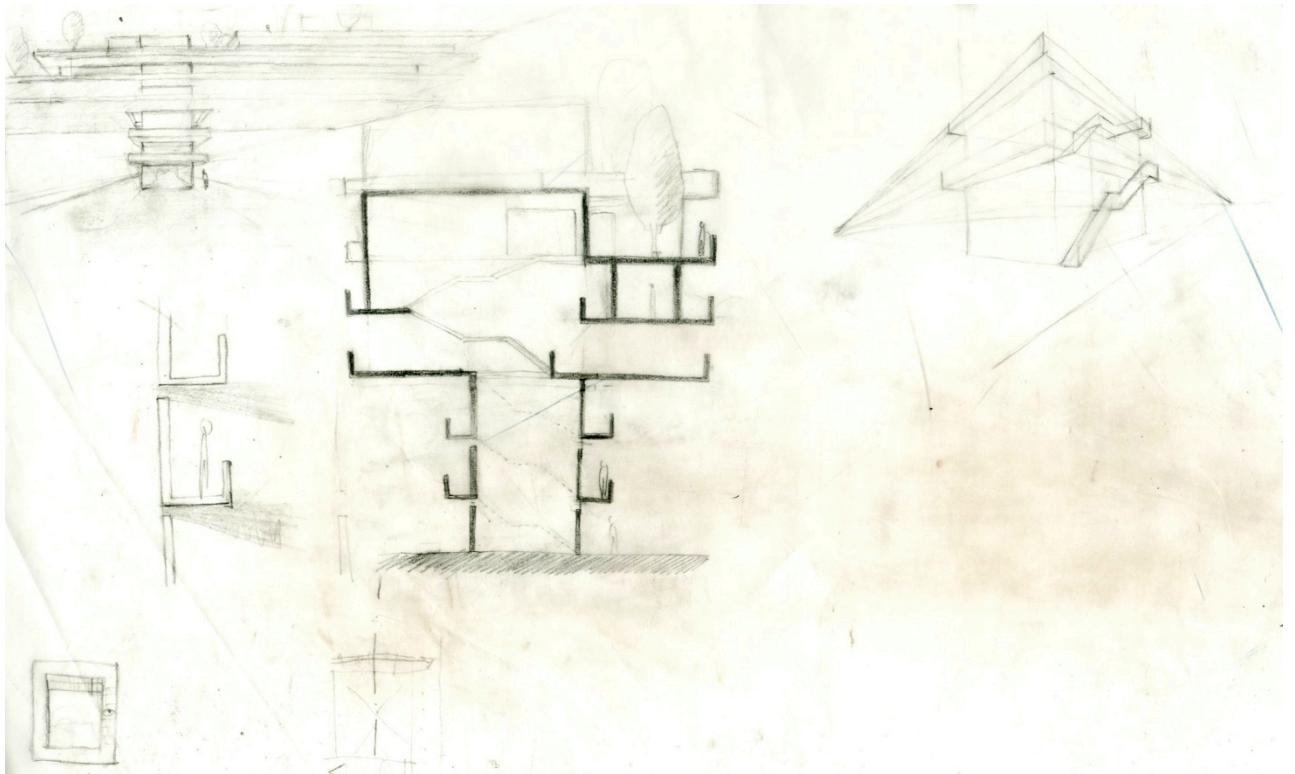
I – PROCESSO

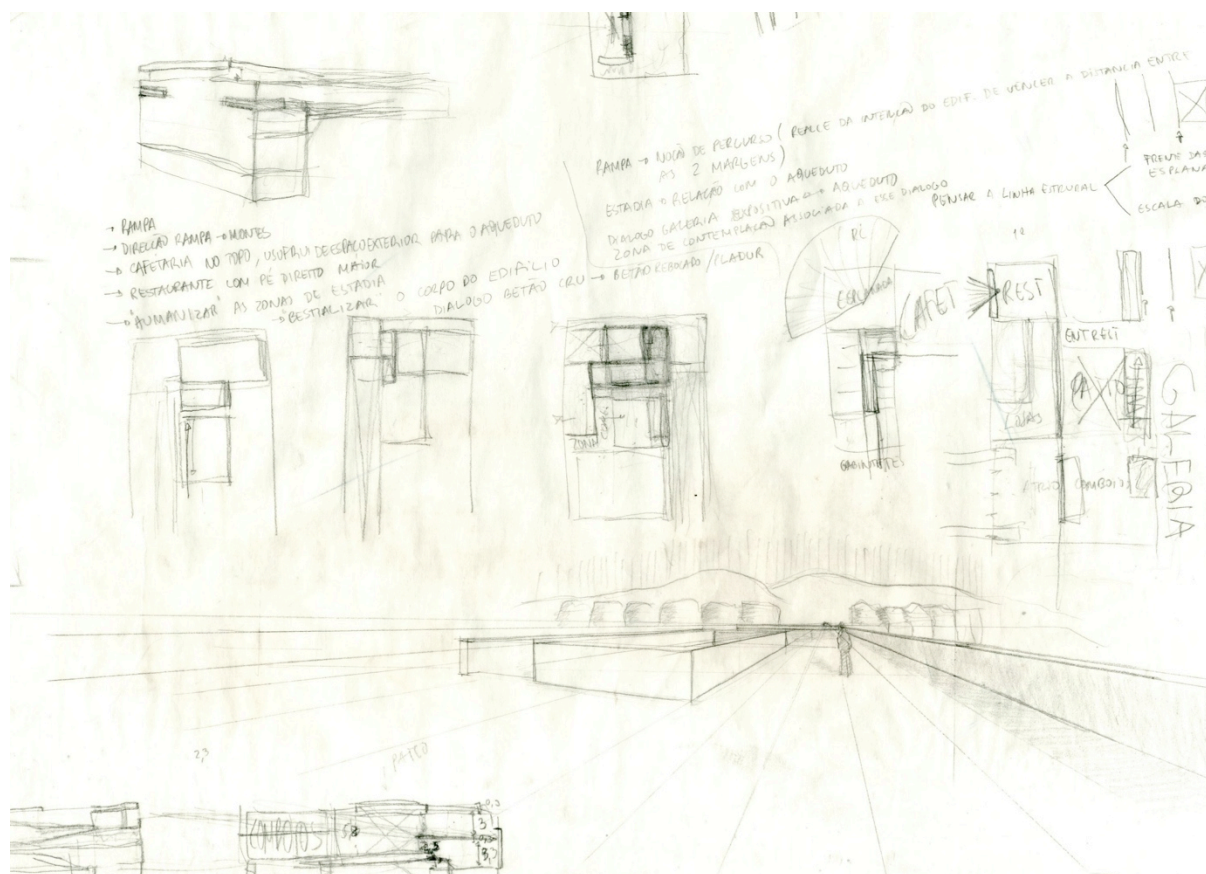
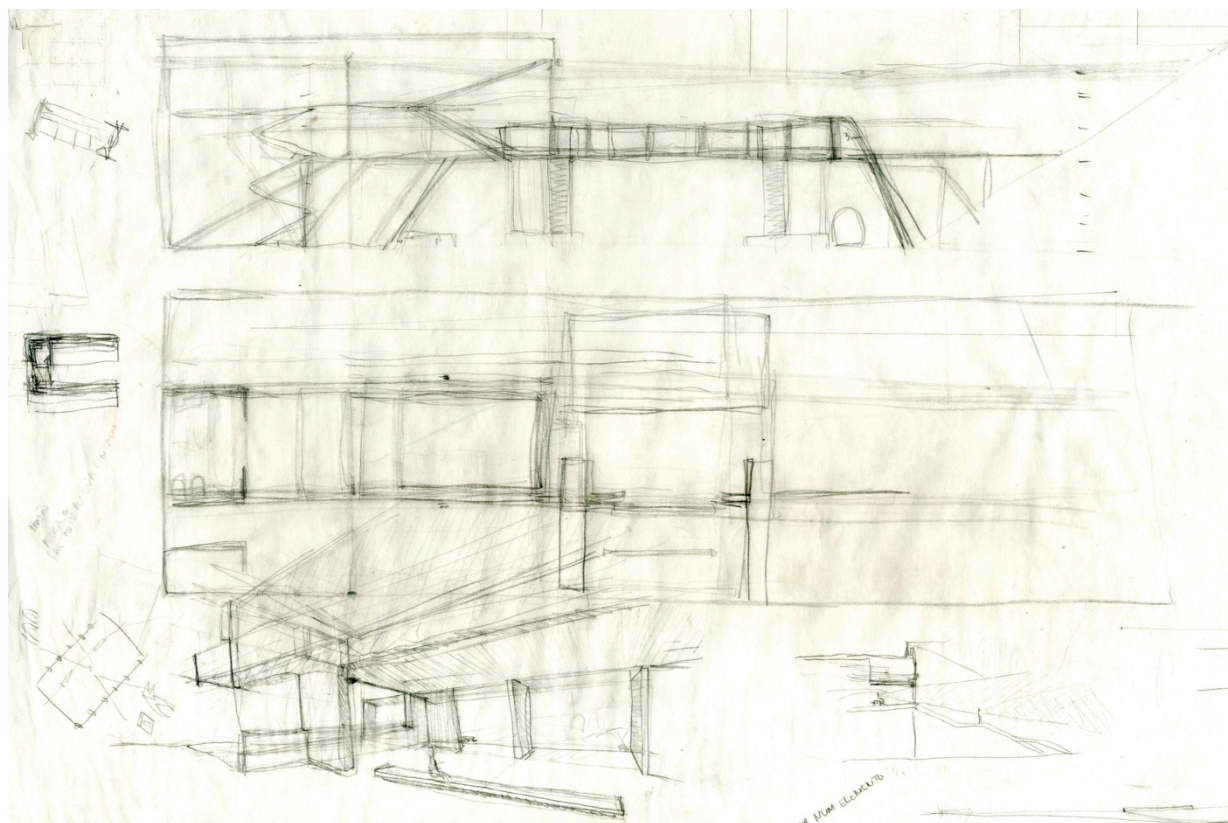


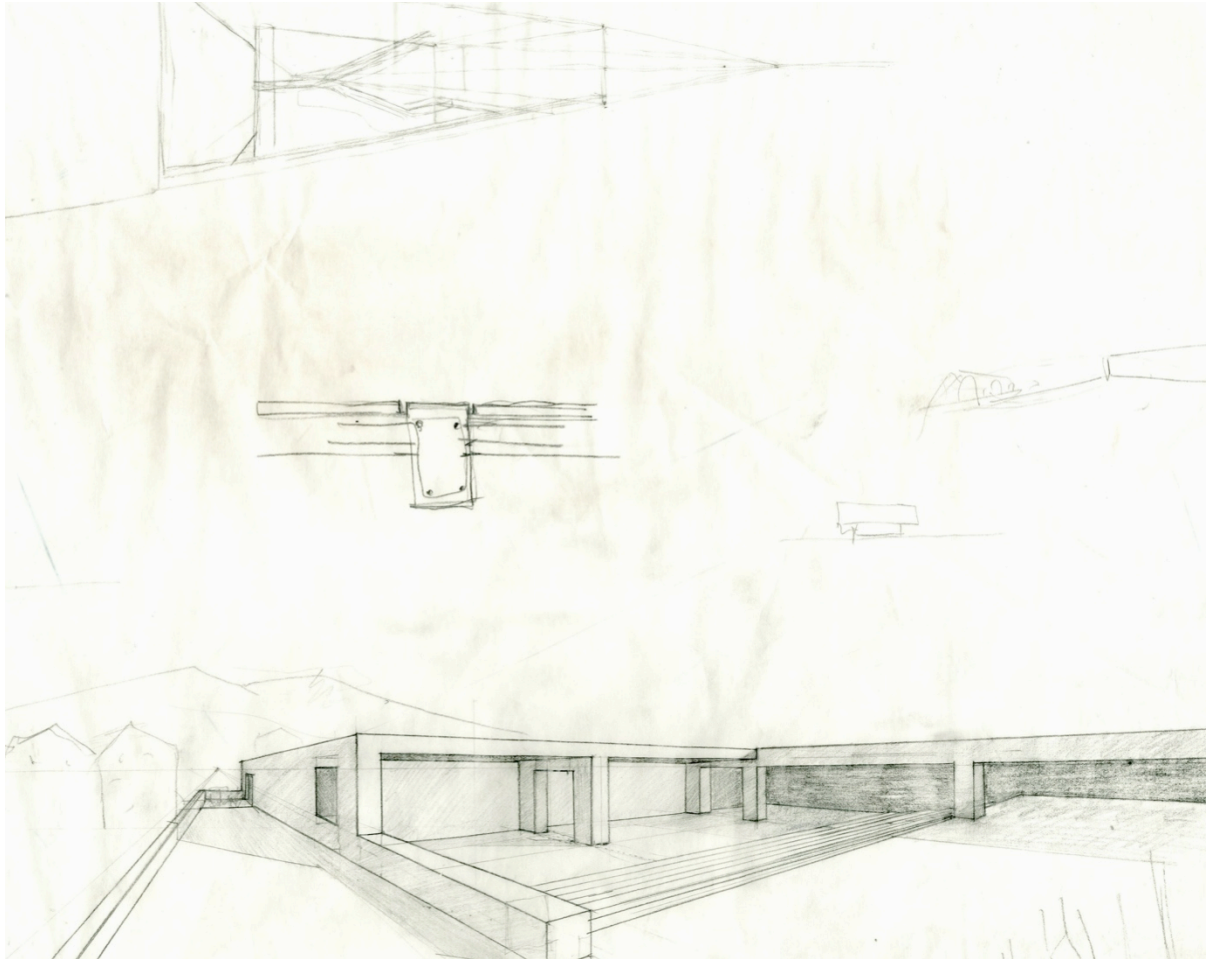












II – PEÇAS DESENHADAS